

BASES LEGAIS DA LGPD:

Quando a LGPD permite o uso de dados

Apresentado por
Carlos Fábio Andrade

Faculdade de Tecnologia
Rocketseat



O que vamos explorar hoje

- O que são bases legais?
- Consentimento do titular
- Legítimo interesse
- Obrigação legal

O que são bases legais?



- *Bases legais são os fundamentos jurídicos que autorizam, de forma legítima, o tratamento de dados pessoais por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas*
- *A LGPD não proíbe o tratamento de dados, ela exige que ele seja feito com base em uma justificativa legal clara.*
- *A LGPD estabelece que ninguém pode tratar dados pessoais sem se apoiar em uma das bases previstas na lei*

Bases legais previstas no artigo 7º da LGPD:

Base legal	Exige consentimento?	Quando Aplicar?	Exemplos práticos na TI
Consentimento	Sim	Quando o titular autoriza expressamente uma finalidade específica	Newsletter, cookies opcionais, cadastro para promoções
Obrigações legais ou regulatórias	Não	Quando o dado é exigido por lei	CPF em nota fiscal, registros trabalhistas, prontuário
Execução de contrato	Não	Para cumprir etapas de um contrato ou prestação de serviço	Login em app de banco, entrega de produto, assinatura
Exercício regular de direitos	Não	Para defesa em processos administrativos, judiciais ou arbitrais	Armazenar e-mails e logs para eventual defesa jurídica
Proteção da vida ou integridade	Não	Em situações de emergência ou risco à vida ou saúde	Acesso médico a dados sem consentimento em hospital
Tutela da saúde	Não	Tratamentos realizados por profissionais da saúde ou instituições	Processamento de exames, prontuários digitais
Interesse legítimo	Não	Quando há um benefício legítimo do controlador sem ferir direitos	Monitoramento de segurança, melhoria de UX, antifraude
Proteção de crédito	Não	Para atividades como análise de crédito e score	Consulta em bureaus de crédito (ex:Serasa)
Políticas Públicas	Não	Quando o dado é necessário para execução de políticas públicas	Programas sociais, serviços de saúde pública
Estudo por órgão de pesquisa	Não (com anonimização)	Para pesquisas com interesse público e dados anonimizados	Estudos acadêmicos com base de dados pseudonomizadas

Consentimento

- O consentimento é uma das 10 bases legais previstas no Art. 7º, e sua validade e aplicação prática estão detalhadas no Art. 8º,
- Consentimento pode ser entendido como a manifestação livre e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento dos seus dados para uma finalidade determinada.
- O consentimento só é válido se atender a todos os critérios do Art. 8º:
 - **Livre**: Sem coerção, obrigação ou indução;
 - **Informado**: Explicado com linguagem simples e acessível;
 - **Inequívoco**: Não pode haver dúvida que o titular autorizou;
 - **Específico**: Finalidade clara, sem “uso futuro genérico”;
 - **Demonstrável**: O controlador deve provar que houve consentimento;
 - **Revogável**: O titular pode cancelar a qualquer momento

Consentimento: Exemplos práticos



Caso de uso	Consentimento necessário?	Observação
Cadastro para Newsletter	Sim	Precisa estar claro o tipo de conteúdo enviado
Cookies não essenciais	Sim	Deve ter banner e opção de recusar
Acesso à câmera ou microfone	Sim	Em apps e navegadores, deve haver solicitação prévia
Envio de promoções por WhatsApp	Sim	Não pode ser automático com base no cadastro

- ⚠ Alerta:**
- Se o consentimento for genérico, dificultoso de revogar ou não registrado adequadamente, ele é considerado inválido pela ANPD e pode resultar em penalidades.

Legítimo interesse



“quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais”. (Art. 7º, IX)

- *A empresa pode tratar os dados sem consentimento , se houver finalidade legítima, necessária e sem violar o direito do titular*
- *É necessário fazer uma análise de impacto (LIA) para justificar o caso*
- *Exemplos comuns:*
 - *Prevenção de fraude*
 - *Envio de cobrança*
 - *Análise de uso de sistema para melhoria de UX*
 - *Monitoramento interno de acesso por segurança*

Obrigações Legais



“para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;” . (Art. 7º , II)

- *Quando a empresa ou órgão público é obrigado por lei a tratar ou armazenar determinados dados*
- *Exemplos:*
 - *Emissão de nota fiscal com CPF*
 - *Armazenamento de prontuários médicos por exigências da ANS*
 - *Registro de ponto e folha de pagamento*
 - *Comunicação de incidentes à ANPD*

O dado deve ser tratado apenas na medida da obrigação.

Não pode ser reutilizado para finalidades diferentes

Refleta:

Antes de usar o consentimento como base legal, reflita:

- *O usuário entende claramente para que os dados serão usados?*
 - *Tenho como provar que ele consentiu?*
 - *Ele pode retirar esse consentimento facilmente?*
- *Se a resposta for “não” para qualquer uma dessas, reavalie a base legal*

O futuro é construído hoje

Obrigado por participar desse
momento de transformação da
educação tecnológica.



Vamos conversar?



Suas dúvidas são fundamentais para continuarmos evoluindo juntos.

Rocketseat

E-mail: oi@rocketseat.com.br

Instagram: [@rocketseat](https://www.instagram.com/rocketseat)

Site: rocketseat.com.br

LinkedIn: linkedin.com/school/rocketseat